ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2014/2015

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MG000629/2015
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/02/2015
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR082390/2014
NÚMERO DO PROCESSO: 46211.000729/2015-96
DATA DO PROTOCOLO: 19/02/2015

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA, CNPJ n. 08.343.492/0001-20, neste ato representado(a) por seu Administrador, Sr(a). JUNIA MARIA DE SOUSA LIMA GALVAO;

E

SINDICATO E.E.C.V.L.A. DE I.C.R. BH E R. METROPOLITANA, CNPJ n. 01.420.514/0001-69, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ CARLOS DE ABREU;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2015 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis**, com abrangência territorial em **Belo Horizonte/MG**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL / PISO SALARIAL

As partes ajustaram que o menor salário a ser pago à categoria profissional e de ingresso, a partir de 1º de novembro de 2014, será de **R\$ 812,75 (oitocentos e doze reais e setenta e cinco centavos) mensais**, ressalvada negociação coletiva posterior que estabeleça valor superior, aplicando-se eventual novo índice a partir da vigência da CCT seguinte.

§ 1º - Fica estabelecido que, para se obter o valor-hora do piso acima fixado, deve ser efetuada uma simples operação aritmética, ou seja, deve-se dividir o respectivo valor mês por 220 (duzentos e vinte).

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTES / CORREÇÕES SALARIAIS - SALÁRIO MISTO APLICAÇÃO

Os empregados que percebem salário misto (parte fixa mais comissões), terão a correção ajustada na cláusula sobre reajuste salarial somente sobre a parte fixa do salário.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL COLABORADORES

Para os colaboradores admitidos na empresa, há menos de 1 (um) ano será adotado o critério constante da Tabela de Proporcionalidade abaixo, ressalvada negociação coletiva posterior que estabeleça parâmetros superiores, aplicando-se eventual novo índice a partir da vigência da CCT seguinte:

TABELA DE PROPORCIONALIDADE:

Data Admissão do Empregado	Coefficiente Proporcionalidade Mensal	PERCENTUAL (%)
Até 15/11/2013	1,0635	6,35%
16/11 a 15/12/2013	1,0582	5,82%
16/12 a 15/01/2014	1,0529	5,29%
16/01 a 15/02/2014	1,0476	4,76%
16/02 a 15/03/2014	1,0423	4,23%
16/03 a 15/04/2014	1,0370	3,70%
16/04 a 15/05/2014	1,0318	3,18%
16/05 a 15/06/2014	1,0265	2,65%
16/06 a 15/07/2014	1,0212	2,12%
16/07 a 15/08/2014	1,0159	1,59%
16/09 a 15/09/2014	1,0106	1,06%
16/09 a 15/10/2014	1,0053	0,53%

§ 1º - Para fazer jus ao percentual do mês, o empregado deve ter sido admitido até o respectivo dia 15 (quinze), sendo que as admissões posteriores ao dia 15 provocam reajuste pelo índice do mês imediatamente seguinte.

§ 2º- Não poderão ser deduzidos os aumentos decorrentes de término de aprendizagem, promoção, por merecimento e antiguidades, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, bem assim de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

§ 3º- Não se aplicam na vedação constante do parágrafo anterior as antecipações concedidas coletivamente ou por determinação legal ou normativa, sendo, portanto, passíveis de dedução.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Outras Gratificações

CLÁUSULA SEXTA - ABONO DE FÉRIAS

Com o objetivo de estimular a assiduidade ao trabalho, as empresas e empregadores concederão aos seus empregados um abono de férias anual, independentemente do abono constitucional, da seguinte forma:

A) o abono será igual a 80 (oitenta) horas de trabalho, a serem calculadas sobre o piso de R\$ 812,75 (oitocentos e doze reais e setenta e cinco centavos).

B) Para os que percebem acima de R\$ 812,75 (oitocentos e doze reais e setenta e cinco centavos), o abono será igual a 80 (oitenta) horas de trabalho, a serem calculadas sobre a porção do salário equivalente a R\$ 812,75 (oitocentos e doze reais e setenta e cinco centavos).

§ 1º - Somente farão jus ao abono de férias ora ajustado os empregados que demonstrarem assiduidade no período aquisitivo das férias, completado durante a vigência deste acordo, entendendo-se por assiduidade a do empregado que houver faltado ao serviço até, no máximo, 3 (três) vezes durante o período aquisitivo das férias, excetuando-se as ausências previstas no art. 473 da CLT, devidamente comprovadas.

§ 2º - As horas de salário correspondentes ao abono de férias de que trata essa cláusula serão pagas ao empregado por ocasião do retorno das férias, após seu efetivo gozo, na primeira folha de pagamento subsequente. E serão estendidas, nas mesmas bases e condições ora convencionadas, à hipótese de indenização de férias adquiridas ou vencidas por ocasião da rescisão contratual. O mesmo não ocorrerá, porém, quando do pagamento de férias proporcionais no acerto final rescisório, no qual o abono de férias não será devido.

§ 3º - O abono de férias de que trata esta cláusula será calculado apenas sobre o salário fixo auferido pelo empregado, sem considerar na sua composição quaisquer outras parcelas de natureza salarial, tais como horas extras, repouso remunerado, adicional noturno, adicional de insalubridade ou de periculosidade ou qualquer outro título.

§ 4º - O fato de o empregado haver convertido 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário não importará na redução do presente abono de que trata esta cláusula.

§ 5º - Os empregados que receberem seus salários por mês terão esses salários convertidos em horas, para efeito de pagamento do abono ora instituído.

§ 6º - A faixa salarial referida nas letras A e B do "caput" desta cláusula sofrerá os mesmos reajustes e antecipações que, porventura, vierem a ser aplicados aos salários da categoria profissional conveniente.

§ 7º - O abono de férias de que trata o caput desta cláusula não integrará a remuneração do empregado para os efeitos da legislação do trabalho e da previdência social (INSS), consoante dispõe o art. 144 da CLT.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão pagas com um adicional de 100% (cem por cento) sobre o salário-hora normal.

PARÁGRAFO ÚNICO

O percentual de que trata o *caput* desta cláusula aplica-se à hipótese do § 4º do artigo 71 da CLT.

Adicional Noturno

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho prestado no horário noturno, das 22h às 5h, será remunerado com o adicional de 20% (vinte por cento).

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA NONA - DA ALIMENTAÇÃO

Os empregados da EMPRESA receberão, a título de indenização por seus dispêndios de alimentação, ticket refeição equivalente à R\$ 14,00 (quatorze reais) por dia útil trabalhado, que não incorporará a remuneração para qualquer fim.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGURO DE VIDA

A EMPRESA fará, em favor dos seus empregados, um seguro de vida e acidentes em grupo, observadas as seguintes coberturas:

I – **R\$ 22.086,16 (vinte e dois mil, oitenta e seis reais e dezesseis centavos)**, em caso de morte do empregado por qualquer causa, independente do local ocorrido.

II – Até **R\$ 22.086,16 (vinte e dois mil, oitenta e seis reais e dezesseis centavos)**, em caso de Invalidez Permanente (Total ou Parcial) do empregado, causada por acidente, independentemente do local ocorrido, com atestado por médico devidamente qualificado, discriminando, detalhadamente, no laudo médico, as seqüelas definitivas, mencionando o grau ou percentagem, respectivamente, da invalidez deixada pelo acidente.

III – **R\$ 22.086,16 (vinte e dois mil, oitenta e seis reais e dezesseis centavos)**, em caso de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença, prevista no artigo 17 da Circular SUSEP nº 302, de 19 de setembro de 2005, mediante solicitação do segurado ou de seu representante legal/empresa em formulário próprio, quando constatada por laudo médico pertinente, de acordo com o definido na apólice do seguro.

Reconhecida a invalidez funcional pela sociedade seguradora, a indenização, no valor previsto neste inciso, deve ser paga de uma só vez ou sob a forma de renda certa, temporária ou vitalícia, em prestações mensais, iguais e sucessivas.

IV - **R\$ 11.043,07 (onze mil, quarenta e três reais e sete centavos)**, em caso de morte do Cônjuge do empregado por qualquer causa.

V - Até **R\$ 5.521,53 (cinco mil, quinhentos e vinte e um reais e cinqüenta e três centavos)**, a título de auxílio funeral especial, para fins de custeio com despesas de sepultamento, em caso de morte por qualquer causa de cada dependente filho (a) do empregado (a) de até 21 (vinte e um) anos, limitado a 4 (quatro).

VI - Ocorrendo a morte do empregado por qualquer causa, independentemente do local ocorrido, os beneficiários do grupo deverão receber 50 kg (cinqüenta quilos) de alimentos, através da cesta básica, que será composta por:

- 15 Kg de arroz agulhinha T1;
- 15 Kg de açúcar cristal claro;

- 06 Kg de feijão carioca novo T1;
- 05 Kg de macarrão;
- 05 lt de óleo de soja 900 ml;
- 2 Kg de café;
- 2 latas de 350 g de extrato de tomate

VII - Ocorrendo à morte do empregado por acidente no exercício de sua profissão, a apólice do Seguro de Vida em Grupo deverá contemplar uma cobertura para os gastos com a realização do sepultamento do mesmo, no valor de até R\$ 4.417,23 (quatro mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte e três centavos).

VIII - Ocorrendo o nascimento de filho(s) de funcionária (cobre somente titular do sexo feminino) a mesma receberá, a título de doação, duas cestas-natalidade, caracterizadas como um KIT MÃE e KIT BEBÊ, com conteúdos específicos para atender as primeiras necessidades básicas da beneficiária e seu bebê, desde que o comunicado do nascimento seja formalizado à empresa até 30 (trinta) dias após o parto da funcionária.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LICENÇA MATERNIDADE E ESTABILIDADE

A EMPRESA e o SINDICATO decidem estabelecer que a empregada gestante tem direito à licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego ou salário, conforme previsto no artigo 392 da CLT.

Fica vedada a dispensa arbitrária da empregada gestante, desde o afastamento referente à licença maternidade, até o período 07 (sete) meses.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO BANCO DE HORAS

EMPRESA e SINDICATO decidem estabelecer Banco de Horas, com base no artigo 59 da CLT, para os empregados com contrato de trabalho vigente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DO CONTROLE: Compete à EMPRESA o controle do Banco de Horas, mediante registro da jornada de trabalho na forma da legislação aplicável, que deverá ser disponibilizado para acompanhamento e conferência por cada empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DAS FALTAS: As faltas, assim como os atrasos injustificados em dias programados da compensação, serão descontados conforme legislação aplicável ou, dependendo de aprovação da chefia, compensados em outros dias, mediante solicitação do empregado, sempre condicionada à aprovação da chefia.

PARÁGRAFO TERCEIRO – DA APROVAÇÃO: A necessidade de extensão da jornada de trabalho dependerá de aprovação da chefia imediata.

PARÁGRAFO QUARTO – DA DEMISSÃO: Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

PARÁGRAFO QUINTO – DA COMPENSAÇÃO: Fica estabelecido que a compensação será de 1(um) por 1(um) ou seja a cada uma hora trabalhada será computada 1 (uma) para o saldo de banco positivo. As horas extras efetivamente realizadas pelos empregados, limitadas a 02 (duas) horas diárias, poderão ser compensadas no prazo de até 08 (oito) meses após o mês de prestação da hora, com reduções de jornadas ou folgas compensatórias. Caso ultrapassado o prazo para compensação estabelecida, deverá a empresa efetuar o pagamento das horas excedentes como hora extra trabalhada, respeitando o adicional convencional estabelecido.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - JORNADA ESPECIAL DE 12 X 36 HORAS

Faculta-se a adoção do sistema de trabalho denominado "Jornada Especial", com 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de folga.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para os que trabalham sob a denominada "Jornada Especial", as 12 (doze) horas serão entendidas como normais sem incidência de adicional referido na cláusula sobre horas extras, ficando esclarecido igualmente não existir horas extras no caso de serem ultrapassadas as 44 (quarenta e quatro) horas semanais, desde que o excesso seja compensado na semana seguinte, o que é próprio desta "Jornada Especial". Fica assegurada a remuneração em dobro

em caso de feriados trabalhados.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Fica assegurado, no curso desta “Jornada Especial”, um intervalo de 01 (uma) hora para repouso e refeição.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS FÉRIAS

A EMPRESA e o SINDICATO acordam que as férias poderão ser concedidas em até dois períodos, sendo um período de 20 (vinte) e outro de 10 (dez) dias contínuos ou dois períodos de 15 (quinze) dias contínuos, desde que programadas e solicitadas pelo empregado e autorizadas pela EMPRESA em consonância com o que dispõe o art.134 §1º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

O início das férias individuais ou coletivas não poderá coincidir em sábado, domingo, feriado ou dia compensado, devendo ser fixado sempre em dia útil.

Relações Sindicais

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS

A empresa, como mera intermediária, descontará, mensalmente, excetuando-se o mês de março, da remuneração de todos os seus empregados a importância de 1% (um por cento) do piso salarial fixado nesse acordo, a título de contribuição assistencial, recolhendo os valores em prol da Entidade Sindical Profissional, realizando o recolhimento através de guias próprias fornecidas pela Entidade Profissional, até o dia 20 do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica assegurado o direito de oposição dos trabalhadores não sindicalizados quanto à contribuição prevista nesta Cláusula, que poderá ser manifestado sem limitação temporal - desde que no curso da vigência do instrumento normativo respectivo e sem prejuízo de pleito em ações individuais - bem como sem formalidades específicas, sendo expressamente admitida a oposição manifestada por escrita pelo trabalhador junto à empresa empregadora incumbida do recolhimento ou, diretamente, ao Sindicato Profissional, pessoalmente ou através de correspondência, devendo o Sindicato Profissional devolver a quantia ao trabalhador correlativo, acaso tenha sido a mesma equivocadamente descontada do salário.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O recolhimento dos valores além dos prazos estabelecidos será acrescido de multa de 2% (dois por cento), juros moratórios e atualização monetária pela variação do INPC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Dentro de 15 (quinze) dias do desconto, a empresa encaminhará à Entidade Profissional, por correio, ou através do e-mail do Sindicato (contato@seeibh.com.br), cópias de comprovação dos recolhimentos dos valores, acompanhadas das relações de empregados contribuintes, das quais constem os salários anteriores e os corrigidos.

Disposições Gerais

Outras Disposições

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

As partes ratificam os termos da Convenção Coletiva de Trabalho celebrada entre o SINDICATO e a FECOMERCIO, ressalvando apenas as disposições específicas deste acordo.

JUNIA MARIA DE SOUSA LIMA GALVAO
Administrador
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES SA

LUIZ CARLOS DE ABREU

Presidente
SINDICATO E.E.C.V.L.A. DE I.C.R. BH E R. METROPOLITANA